



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 10/2013

Disponibilização: 20 de maio de 2013

Período abrangido: 7 de maio a 17 de maio de 2013

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **CONTROLO SANITÁRIO**
- 2. AMBIENTE**
- 3. ASSOCIAÇÕES**
- 4. CIDADANIA**
- 5. COMÉRCIO**
- 6. CONSUMIDORES**
- 7. ECONOMIA SOCIAL**
- 8. EMPREGO**
- 9. ENERGIA**
- 10. FINANÇAS**
 - **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**
- 11. GOVERNO**
- 12. JUSTIÇA**
- 13. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **MADEIRA**
- 14. SAÚDE**
- 15. SEGURANÇA SOCIAL**
- 16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
 - **TRANSPORTE RODOVIÁRIO**
- 17. TURISMO E LAZER**



1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

Decreto-Lei n.º 59/2013, de 08 de maio

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de novembro, que estabelece o regime do exercício da atividade pecuária, alargando o prazo de licenciamento das atividades pecuárias

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2013, de 09 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Classifica os aproveitamentos hidroagrícolas do Vale da Vilariga, da Veiga de Chaves, de Macedo de Cavaleiros, da Campina de Idanha-a-Nova, de Odivelas, do Vale do Sado, do Sotavento Algarvio, do Roxo e do Mira como obras do grupo II

Decreto-Lei n.º 63-B/2013, de 10 de maio

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2012/37/UE, da Comissão, de 22 de novembro de 2012, que altera os anexos II e III da Diretiva n.º 66/401/CEE, do Conselho, de 14 de junho de 1966, e o anexo III da Diretiva n.º 66/402/CEE, do Conselho, de 14 de junho de 1966, no que se refere às condições a cumprir pelas sementes de Galega orientalis Lam., ao peso máximo dos lotes de sementes de determinadas plantas forrageiras e à dimensão das amostras de Sorghum spp., procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 88/2010, de 20 de julho

• CONTROLO SANITÁRIO

Decreto-Lei n.º 63/2013, de 10 de maio

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de julho, que estabelece os requisitos zoo-sanitários aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, e transpõe a Diretiva de Execução n.º 2012/31/UE, da Comissão, de 25 de outubro de 2012

2. AMBIENTE

Portaria n.º 178/2013, de 13 de maio

(Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)



Digesto

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013

Despacho n.º 6249/2013, de 14 de maio

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Aprova a tabela dos valores da prestação financeira a aplicar pela Amb3e no ano de 2013

3. ASSOCIAÇÕES

Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do setor não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de outubro

4. CIDADANIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2013, de 08 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015

5. COMÉRCIO

Declaração de Retificação n.º 23/2013, de 08 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Retifica o Decreto-Lei n.º 50/2013, de 16 de abril, do Ministério da Saúde, que cria um novo regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público, publicado no Diário da República n.º 74, 1.ª Série, de 16 de abril de 2013

Lei n.º 31/2013, de 10 de maio

(Assembleia da República)

Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

6. CONSUMIDORES

Portaria n.º 178/2013, de 13 de maio

(Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013

7. ECONOMIA SOCIAL

Lei n.º 30/2013, de 08 de maio

(Assembleia da República)

Lei de Bases da Economia Social



8. EMPREGO

Lei n.º 34/2013, de 16 de maio **(Assembleia da República)**

Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada e procede à primeira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal)

9. ENERGIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2013, de 09 de maio **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Classifica os aproveitamentos hidroagrícolas do Vale da Vilarça, da Veiga de Chaves, de Macedo de Cavaleiros, da Campina de Idanha-a-Nova, de Odivelas, do Vale do Sado, do Sotavento Algarvio, do Roxo e do Mira como obras do grupo II

Despacho n.º 6248/2013, de 14 de maio

(Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Reconhece o relevante interesse geral do empreendimento denominado Parque Eólico de Vila Cova e determina o levantamento das proibições estabelecidas do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na área percorrida pelos incêndios nos anos de 2007 e 2009, abrangida por aquele empreendimento

Acórdão n.º 152/2013, de 14 de maio

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do n.º 7 da Portaria n.º 126-A/2005, de 31 de janeiro, conjugada com o respetivo anexo (taxa de utilização do espectro radioelétrico)

10. FINANÇAS

• BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2013, de 08 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza o Ministro de Estado e das Finanças a dar execução à Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento, de 31 de dezembro de 2012, no que se refere ao aumento do capital do Banco

Decreto-Lei n.º 58/2013, de 08 de maio

(Ministério das Finanças)

Estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor

Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio

(Ministério das Finanças)

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2013, de 8 de abril, aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, transpõe as Diretivas n.ºs 2009/65/CE, de 13 de julho de 2009, 2010/43/UE, de 1 de julho de 2010, 2010/44/UE, de 1 de julho de 2010, e parcialmente, a Diretiva n.º 2010/78/UE,



de 24 de novembro de 2010, e procede ainda à introdução de alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários

• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio **(Ministério das Finanças)**

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, transpõe a Diretiva n.º 2011/16/UE, do Conselho, de 15 de fevereiro de 2011, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e que revoga a Diretiva n.º 77/799/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro de 1977

Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio **(Ministério das Finanças)**

Estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva n.º 2011/7/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011

Portaria n.º 177/2013, de 13 de maio **(Ministério das Finanças)**

Fixa, para o ano de 2012 a percentagem do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos de execução fiscal instaurados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário

Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio **(Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Aprova as taxas e os respetivos montantes pela prestação de serviços e emissão de documentos pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, os preços da venda de bens e a percentagem da receita de exploração de cada porto integrado em administração portuária que constitui receita própria da Direção-Geral

• **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio **(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do setor não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de outubro

11. GOVERNO

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2013, de 08 de maio **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Aprova o Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015



12. JUSTIÇA

Acórdão n.º 150/2013, Série II de 07 de maio **(Tribunal Constitucional)**

Não julga inconstitucional a norma do artigo 179.º, n.º 1, do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, na interpretação segundo a qual é irrecorrível a decisão que conheça do pedido de concessão do período de adaptação à liberdade condicional, designadamente no caso de indeferimento

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 230/2013, de 09 de maio **(Tribunal Constitucional)**

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade da norma constante da 2.ª parte do n.º 1 do artigo 8.º, conjugada com as normas dos artigos 4.º e 5.º, todos do Anexo ao Decreto n.º 128/XII, na medida em que delas resulte a irrecorribilidade para os tribunais do Estado das decisões do Tribunal Arbitral do Desporto proferidas no âmbito da sua jurisdição arbitral necessária

Acórdão n.º 152/2013, de 14 de maio **(Tribunal Constitucional)**

Não julga inconstitucional a norma do n.º 7 da Portaria n.º 126-A/2005, de 31 de janeiro, conjugada com o respetivo anexo (taxa de utilização do espectro radioelétrico)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2013, de 15 de maio **(Supremo Tribunal Administrativo)**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A condição de sócio gerente de uma sociedade comercial, sem direito a qualquer remuneração, de um trabalhador por conta de outrem, cujo contrato de trabalho cessou, não obsta à caracterização da respetiva situação como de desemprego, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 119/99, de 14 de Abril, e 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, respetivamente

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2013, de 17 de maio **(Supremo Tribunal Administrativo)**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: De acordo com as disposições articuladas das alíneas f) e h) do artigo 4º do Regulamento das Custas Processuais e do artigo 310º/3 do Regime do Contrato de Trabalho na Função Pública, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, os sindicatos, quando litigam em defesa colectiva dos direitos individuais dos seus associados, só estão isentos de custas se prestarem serviço jurídico gratuito ao trabalhador e se o rendimento ilíquido deste não for superior a 200 UC

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 8/2013/M, de 07 de maio **(Região Autónoma da Madeira)**

Cria o Observatório da Criança



Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2013/M, de 14 de maio
(Região Autónoma da Madeira)

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 16/86/M, de 6 de outubro que estabelece disposições quanto ao plantio e cultura da vinha

14. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 67/2013, de 17 de maio
(Ministério da Saúde)

Prorroga até 30 de junho de 2013 o prazo para a manutenção transitória na organização interna das Administrações Regionais de Saúde, I.P., das unidades de intervenção local do extinto Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P

Decreto-Lei n.º 69/2013, de 17 de maio
(Ministério da Saúde)

Procede à criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., e do Hospital de Faro, E.P.E

Despacho n.º 6378/2013, de 16 de maio
(Ministério da Saúde)

Cria, no âmbito do Ministério da Saúde, um modelo de intervenção integrada sobre a violência interpessoal ao longo do ciclo de vida, com a designação de Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), e uma comissão de acompanhamento

15. SEGURANÇA SOCIAL

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 8/2013/M, de 07 de maio
(Região Autónoma da Madeira)

Cria o Observatório da Criança

Decreto-Lei n.º 65/2013, de 13 de maio
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril, clarificando a forma como o apoio logístico, administrativo e financeiro é prestado pelo Instituto da Segurança Social, I. P., à Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

16. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Lei n.º 32/2013, de 10 de maio
(Assembleia da República)

Estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva n.º 2010/40/UE, de 7 de julho, que estabelece um quadro para a implementação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Digesto

17. TURISMO E LAZER

Lei n.º 33/2013, de 16 de maio **(Assembleia da República)**

Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo